



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024-SEMG
OBJETO: 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA - PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA FUNCIONAMENTO DA COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

JUSTIFICATIVA

Trata-se de 1º Termo Aditivo de prazo ao contrato nº 008/2024-SEMG, para continuarmos com a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA FUNCIONAMENTO DA COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA.**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o termo aditivo em questão se fundamenta na continuidade do espaço que atualmente já funciona a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. A manutenção do atual espaço trará benefícios significativos, evitando a necessidade de iniciar um novo processo licitatório para a locação de um novo imóvel. Tal processo demandaria tempo considerável na identificação e seleção de novas instalações, o que não é viável dado o caráter emergencial da necessidade da Coordenadoria de Defesa Civil, especialmente em face das condições climáticas adversas que assolam a região amazônica durante o inverno.

Diante disso, em iminência ao termino da vigência do contrato nº 008/2024-SEMG, surge a necessidade de prorrogação contratual, pelo período de 12 (doze) meses.

Recorre-se a Lei Geral de Licitação para fundamentar a presente prorrogação, nos artigos 105 c/c 107. Vejamos:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Seguindo a legislação, identificamos subsídios para formalização da presente aditivação, e realização de um novo processo licitatório demandaria muito tempo para Administração estruturar outro prédio, e ainda gerando outros custos financeiros, e toda logística empregada, se tornando inviável a mudança.

A localização do imóvel é estratégica, facilitando o acesso dos cidadãos e servidores



municipais. Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça a importância da economicidade e da eficiência na escolha e manutenção de imóveis públicos (Acórdão nº 3026/2013 - TCU - Plenário).

A renovação do contrato de locação representa uma relação de custo-benefício favorável ao Município. A manutenção do contrato evita custos adicionais com mudanças, reformas ou adaptações de um novo imóvel, bem como possíveis interrupções nas atividades da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles, a administração deve buscar sempre a melhor relação custo-benefício, visando a economicidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O relacionamento com a locadora tem sido cordial e satisfatório, com o cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. Não há registros de conflitos ou pendências que possam prejudicar a continuidade do contrato. A renovação do contrato está prevista no planejamento orçamentário do Município, garantindo a alocação de recursos necessários para a continuidade do pagamento do aluguel dentro dos limites estabelecidos.

Constatada a possibilidade legal da presente aditativa e havendo interesse comum das partes contratantes para assim o fazer, e considerando os motivos de fato e direito somos favoráveis a celebração do segundo termo aditivo ao contrato 008/2024-SEMG, com o Locador.

Foi colecionada ainda ao processo a exposição legal e fundamentada para o aditamento contratual com espeque nos artigos 105 e 107 da Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que demonstram a base jurídica legal e necessária para sua concretização. Neste sentido, vejo como justificada e possível dentro do ordenamento jurídico administrativo à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2024-SEMG, pelo período de 12 (doze) meses e no valor de R\$ 9.000 (Nove mil reais).

Santarém/PA, 24 de fevereiro de 2025.

ÂNGELO CESAR COELHO AZEVEDO

Secretário Municipal de Governo
Decreto nº 001/2025-GAP/PMS